Zâmbia: boas ou más notícias no setor florestal?

A Zâmbia possui quase 46 milhões de hectares de floresta; deles, 7,4 milhões são reservas, 6,3 milhões são parques nacionais e 32 milhões são terras florestais. Calcula-se que a área com plantações de árvores é de aproximadamente 63 mil hectares. É nesse contexto que devem ser analisadas as seguintes novidades.

A notícia é que o governo da Zâmbia está sondando a possibilidade de conseguir 30 milhões de dólares para a reativação da indústria madeireira, a qual - segundo Conran Simuchile, funcionário de Relações Públicas do Ministério do Comércio, Negócios e Indústria - está abandonada há muito tempo.

O dinheiro seria entregue como empréstimo ao setor empresarial envolvido na indústria madeireira, com o objetivo de apoiar a introdução e o estabelecimento das plantações e plantas processadoras.

Argumenta-se que o objetivo é o envolvimento dos empresários no negócio do processamento de produtos acabados, em lugar da exportação de madeira bruta - que, depois, acaba voltando à Zâmbia na forma de produtos acabados -, que gera desemprego no setor industrial do país.

Parar com a exportação de troncos sem processar e agregar valor à madeira, através da manufaturação de produtos acabados, soa razoável, em especial, num país onde a população rural vem sofrendo os efeitos da eliminação dos subsídios agrícolas, na década de 90, e tem sido forçada a realizar outras atividades para garantir a sua sobrevivência, como, por exemplo, a derrubada de florestas para carvão vegetal vendido nos mercados urbanos.

No entanto, restam algumas perguntas. Por exemplo, em se tratando de um negócio lucrativo, como é que a indústria madeireira experimentou uma queda, num país com abundantes recursos florestais? O ministro do Turismo e Recursos Naturais, Levison Mumba, reconheceu que a indústria não contribuiu para o produto interno bruto do país, devido à falta de transparência das partes envolvidas (ver o boletim 60 do WRM). Portanto, quem vai decidir quem recebe o dinheiro? E quais serão os mecanismos de fiscalização a serem implementados, para garantir a geração de emprego e o manejo sustentável das florestas?

Quanto à promoção de plantações florestais, também existem várias perguntas. Em si, as plantações não são ruins: tudo depende das espécies plantadas, de onde, da escala, de como é feito (incluindo o consentimento prévio e informado da população local) e de quem são os beneficiários dessa atividade e das atividades industriais secundárias.

Não obstante, parece não fazer muito sentido que um país rico em recursos florestais deva promover as plantações florestais, em lugar de se voltar para um uso inteligente das florestas. A informação de que dispomos não explica o que o governo entende por "plantações". Porém, o que fica relativamente claro é que o governo tem por fim o fornecimento de matéria-prima para a indústria madeireira ("para ajudar os empresários a introduzir e estabelecer as plantações e plantas processadoras, apostando na reativação da indústria madeireira"). Nesse caso, é bem provável que

as plantações sejam principalmente de espécies exóticas de rápido crescimento, semelhantes àquelas cujo plantio vem sendo impulsionado nos trópicos e sub-trópicos: eucalipto, pinheiro, acácia, melina. Caso afirmativo, a experiência revela que seria um grave erro.

Evidentemente, seria bem mais coerente plantar espécies nativas em áreas florestais degradadas, desde que as comunidades locais aprovem a idéia e sejam beneficiadas com a restauração da floresta. O apoio e financiamento para essa tarefa seriam muito bem-vindos. Não obstante, o dinheiro que o governo está tentando conseguir seria entregue, através de empréstimos, ao setor empresarial ligado à indústria madeireira, o mesmo setor acusado de "falta de transparência" pelo ministro.

Em suma, ainda é muito cedo para dizer se essas notícias são boas ou más, embora, ao que parece, vingará a segunda alternativa. Esperamos estar errados.

Artigo baseado em informação obtida em: "State Scouts for US$ 30 m Local Timber Sector", The Times of Zambia (Ndola), 19 de março de 2003.
http://allafrica.com/stories/200303190962.html